



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº. 06/2017/TCM-PA

EMENTA: DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS A SEREM ADOTADOS NA APRECIÇÃO DOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO E DE TOMADA DE CONTAS, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2016.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II da Lei Complementar nº 109/2016** bem como o **art. 3º do Ato nº 16/2013 (Regimento Interno do TCM-PA)**, por intermédio desta Resolução, de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade permanente de adoção de medidas destinadas ao atendimento das diretrizes adotadas pela Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), em especial a Resolução nº 01/2014, quanto a agilidade no julgamento de processos e gerenciamento de prazos;

CONSIDERANDO que os Tribunais de Contas, no exercício de suas competências constitucionais, devem assegurar a utilização de mecanismos destinados a garantir agilidade na apreciação e no julgamento de processos, cumprindo prazos razoáveis;

CONSIDERANDO a proposta técnica apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Aperfeiçoamento Técnico do Portal dos Jurisdicionados (GAAT), por meio da Ata de Reunião do dia 17/10/2016;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de definir os procedimentos técnicos, de orientação interna ampla, para apreciação dos processos de prestações e tomadas de contas, referentes aos exercícios de 2015 e 2016, com adequação ao Sistema de Processo Eletrônico (SPE), deste TCM-PA;

CONSIDERANDO, por fim, a prévia anuência aos termos da presente Resolução, consignada pela representação do **Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, a qual, por intermédio de sua Procuradora-Geral, subscreve o presente ato.

RESOLVE:

Art. 1º. Os processos de prestação e tomada de contas dos municípios jurisdicionados, referentes aos exercícios 2015 e 2016, serão avaliados e classificados, de acordo com o grau de risco, seguindo os índices baixo, médio ou alto, para os quais serão considerados os fatores de materialidade, relevância e risco, para efeito de definição e orientação técnica do escopo de instrução processual, nos termos da Ordem Técnica de Serviço anexa a esta Resolução.



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 2º. A avaliação das informações e documentos encaminhados através das prestações de contas quadrimestrais, bem como as informações declaradas e documentos do Balanço Geral, dos exercícios de 2015 e 2016, conforme disposto no **art. 3º da Resolução Administrativa nº 002/2015/TCM-PA**, ocorrerá, excepcionalmente, apenas com relação ao *3º Quadrimestre e Balanço Geral*, para os exercícios de 2015 e 2016.

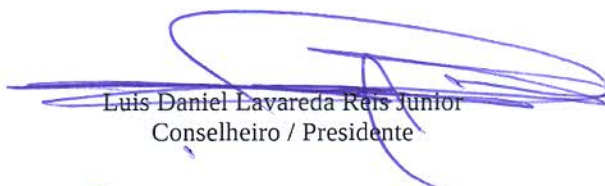
Art. 3º. Caso identifique a necessidade de avaliar processos de despesas, quer seja pela natureza da contratação ou da classificação de risco, o Conselheiro-Relator ou o Ministério Público de Contas dos Municípios, poderão selecioná-los para análise, independentemente da sua materialidade.

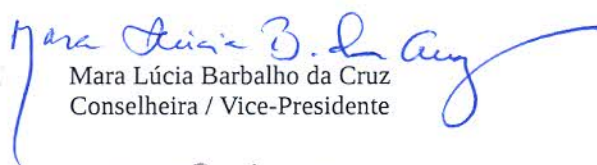
Art. 4º. Excepcionalmente, para efeito de homologação do SPE, as Controladorias elegeram uma unidade gestora, do exercício de 2015, para análise em produção assistida.

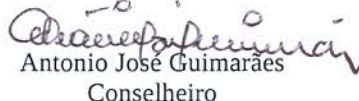
Art. 5º. Os casos omissos, de repercussão específica, em caso concreto, serão submetidos à decisão monocrática do Conselheiro-Relator, junto aos processos de prestação de contas, enquanto que os demais, de repercussão geral, serão submetidos à apreciação conjunta do Plenário, com a participação decisória do MPCM-PA.

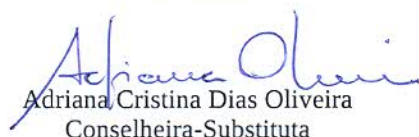
Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala da Sessão Ordinária Plenária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **09 de fevereiro de 2017**.

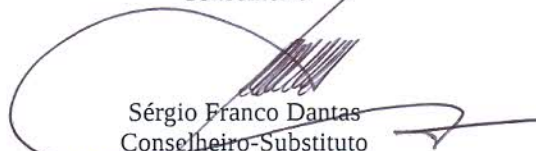

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente

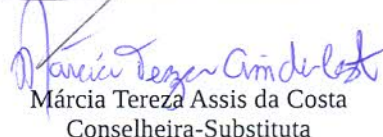

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente

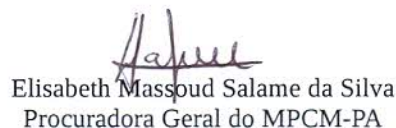

Antonio José Guimarães
Conselheiro


Adriana Cristina Dias Oliveira
Conselheira-Substituta

José Carlos Araújo
Conselheiro


Sérgio Franco Dantas
Conselheiro-Substituto


Márcia Tereza Assis da Costa
Conselheira-Substituta


Elisabeth Massoud Salame da Silva
Procuradora Geral do MPCM-PA